

Resenha bibliográfica 1

A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)

Leme, Mariza Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945)*. Coleção História Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1978. N.º 2, 188 pp.

MARIA THEREZA L. DE SOUZA LOBO *

Mais uma tese de mestrado sai dos arquivos da universidade para chegar ao conhecimento de um público mais amplo. Vem de São Paulo, da USP, fonte de grande parte da produção em Ciências Sociais neste País. Traz o aval de dois nomes conhecidos, Miriam Ellis e Edgard Carone, particularmente o segundo, que se notabilizou por suas análises históricas da sociedade brasileira.

O estudo de Mariza Saenz Leme faz parte de uma investigação mais ampla sobre os empresários industriais, abrangendo o período de 1880 a 1945. A primeira fase do período — 1880 a 1918 — está sendo estudada por Evaldo Sintoni, devendo transformar-se também em tese de mestrado. A Mariza Saenz Leme coube a fase que vai de 1919 a 1945. A tomada da I Guerra Mundial como marco histórico é justificada pela autora por seu papel de motivadora do surto de desenvolvimento industrial com características inovadoras de um processo que já se vinha realizando.

O trabalho pretende fazer uma análise de ideologia e para tanto parte de uma definição operacional do conceito, que embora bastante abrangente, mantém-se coerente com a estrutura global do estudo. Ao justificar a relevância do tema, contudo, desliza por uma

* Do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

comparação que pode levar os mais desavisados a distorções na compreensão do papel histórico da camada industrial no Brasil.

Admite a autora que os empresários industriais conseguem formar uma “força autônoma social, política e cultural, *como nos países capitalistas desenvolvidos*, na década de 1950 em diante” (p. 7, grifos nossos). Este tipo de comparação sugere uma abordagem muito ao gosto de parte de nossos cientistas sociais, que tomam os países capitalistas avançados como padrão de comportamento, teórico ou prático. Questiona-se esta afirmativa ainda na medida em que a partir da década de 50 a autonomia social, política e cultural da camada industrial brasileira — e antes de tudo a econômica, determinante das demais — se torna cada vez mais relativa frente à reentrada do capital estrangeiro e do crescente fortalecimento do Estado. Sobre isto grande variedade de estudos foi e continua sendo realizada, dentre eles destacando-se os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, L. C. Bresser Pereira e Luciano Martins, entre outros.

Não cabe aqui, entretanto, discorrer sobre o assunto, já que este não é o objeto de estudo a que se propõe a obra de Mariza Saenz Leme. Afinal de contas, a historiadora concentra seus esforços no *take-off* da camada empresarial no processo de industrialização e termina sua análise quando esta já se encontra consolidada, com um papel definido dentro da estrutura social.

As limitações impostas pelo próprio método de enfoque da questão fazem com que sejam deixados de lado alguns aspectos que precisariam ser mais bem esclarecidos. Ao tratar das formas e características assumidas pelas primeiras organizações do capital industrial é feita uma descrição bastante extensa das diretorias destas entidades, suas ligações regionais e setoriais. Toca-se levemente numa questão que é importante na medida em que define o surgimento da organização da camada já atrelada a um outro setor, o comercial. Decorrente da leitura surgem as indagações: Por que os empresários industriais se congregam, em primeira instância, nas Associações Comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo? Que conseqüências para a própria estruturação da camada tem o fato? Respostas a essas questões precisariam ser procuradas no próprio modelo econômico proposto para a época.

A defesa da indústria como fator de desenvolvimento e a necessidade de fazer frente a uma classe operária mais organizada — segundo a autora — são os determinantes de uma organização independente do capital industrial. Neste processo destacam-se os conflitos internos da camada, já deixando perceber as diferentes opções, de certa forma ideológicas, frente à questão do relacionamento entre o capital e o trabalho.

Com a Revolução de 30 tem-se a institucionalização das organizações de classe. O patrocínio do Estado é ostensivo e intensivo. São lançadas aí as bases de uma situação que, pode-se dizer, perdura até hoje. As alianças que se formam com o Estado a partir de então funcionam como uma faca de dois gumes para o empresariado. De um lado, forçam a união da camada em torno de interesses mais gerais, para consecução de objetivos mesmo que imediatistas. De outro, favorecem um controle do Estado sobre a arregimentação de forças que possam vir a influir mais diretamente no processo de desenvolvimento. Esta sindicalização “forçada” dos empresários se dá principalmente nos Estados mais adiantados, como não poderia deixar de ser, embora se observe no resto do País, ainda que mais esparsamente.

É interessante observar que a autora atribui aos industriais “*uma capacidade superior de organização*, quando comparados com as demais classes conservadoras — lavoura e comércio” (p. 23, grifos nossos). Argumenta que os setores mais antigos não conseguiram se organizar em bases nacionais da mesma forma que a indústria, alegando que estes não tiveram as mesmas dificuldades para o atendimento de interesses enfrentados pelo setor industrial. Por outro lado, esquece que não precisaram desta organização na medida em que seus interesses sempre estiveram bem representados na estrutura de poder.

Com o Estado Novo é que surgem tentativas mais objetivas do Poder Central no sentido de controlar a organização dos industriais. A autora coloca de forma bastante clara as investidas governamentais para instalação do corporativismo no País, e de maneira não tão nítida, porém, apresenta as contradições internas da camada face ao proposto pelo Estado.

O pensamento dos industriais é apontado como portador de um caráter liberal, já que estes propugnam a organização autônoma das chamadas classes produtoras. Por outro lado, aceitam o controle do Estado no momento em que participam junto com este da organização sindical da indústria.

Segundo a autora, o liberalismo dos industriais manifesta-se explicitamente nos campos econômico e social, fato que não ocorre no plano político, atribuindo-se aos empresários uma posição de "neutralidade", como se isto fosse historicamente possível, desde que a produção estivesse assegurada. A manifestação política, continua M. Saenz Leme, dá-se apenas com o intuito de expressar "desejo de ordem e tranqüilidade". A nosso juízo, esta é uma posição ideológica perfeitamente definida e que nada tem a ver com neutralidade, haja vista o comportamento de "pseudoneutralidade" assumido pelo capital quando da implantação do Estado Novo. Naquela ocasião as declarações de Roberto Simonsen, porta-voz eminente da camada, elucidaram o consenso, entre os representantes do capital, de apoio à atuação do poder, que deu fim à "anarquia política e social reinante no país" (p. 30). Abrindo um breve parêntese, deve-se lembrar que estes mesmos argumentos foram retomados quando do movimento de março de 1964.

Acredita-se que a autora não conseguiu perceber que estavam sendo lançadas as bases para um comportamento dos empresários industriais com características muito mais de autoritarismo que de liberalismo. Estudos sobre períodos mais recentes realizados por Eli Cerqueira e Renato Boschi, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), são fartos de material neste sentido.

Por outro lado, já no fim do período estudado, em meados de 1945, transparece nas informações colctadas pela historiadora a capacidade de adaptação da camada empresarial às transformações da sociedade brasileira. Na Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis de 1.º a 6 de maio de 1945, constatam-se os seguintes objetivos básicos: "combate ao pauperismo, aumento da renda nacional, desenvolvimento das forças econômicas, democracia econômica e justiça social". Em suma, é feita uma tomada de posição de apoio à redemocratização do País (qualquer semelhança com o

IV CONCLAP realizado há algum tempo no Rio de Janeiro é mera coincidência).

Sem dúvida alguma, um aspecto deveras importante na obra de Mariza Saenz Leme é a análise exaustiva elaborada em torno de um tema fundamental para compreensão da ideologia da camada industrial. Trata-se do papel econômico desenvolvido pela burguesia industrial no período considerado na investigação. Crises e políticas tarifárias compõem um cenário sobre o qual se movimentam os atores emergentes em direção ao poder. No interregno são mostradas as diferentes articulações entre o capital e o Estado no sentido do atendimento de interesses e indicadas as diferentes agências governamentais criadas e a participação de industriais nas mesmas. Entretanto, observa-se um excesso de dados e fatos que por vezes dilui o conteúdo substantivo do que está sendo analisado.

Esta descrição exaustiva da atuação econômica da burguesia industrial fornece subsídios para o que a historiadora denomina de “pensamento econômico” da camada, sendo interessante observar a reprodução de uma abordagem já anteriormente realizada. Novamente a autora se refere a uma distinção ideológica entre atuação econômica e atuação político-social, observando-se entre os industriais um comportamento/pensamento inovador, na primeira, e conservador, na segunda. De certa forma mecânica (embora didática) a distinção elaborada pela historiadora obscurece um movimento de contradição interna da camada, a qual precisa se afirmar enquanto hegemônica na economia, ao mesmo tempo que ainda necessita se adaptar, *et pour cause* se resguarda, às transformações da sociedade. Não obstante esta limitação, que algumas vezes é peculiar à historiografia brasileira, que se deleita com fatos e datas, é sumamente importante a análise desenvolvida por M. Saenz Leme. As diferentes atitudes empresariais frente a alguns pontos centrais da política oficial no período — por exemplo a crescente centralização de poder no Estado, legislação trabalhista, etc. — são muito bem percebidas pela autora com uma riqueza de informações apreciável a quantos pretendem se aprofundar no assunto.

Por outro lado, não se pode aceitar *in totum* a afirmativa da autora no que se refere à capacidade de a burguesia industrial formular por si própria um planejamento global para o Brasil. Diz ela

que os industriais iniciam a década de 40 "formulando um programa global para o desenvolvimento econômico do país" (p. 160).

Pode-se recorrer mais uma vez àqueles que antes da historiadora trataram do assunto. Alguns alegam que o problema de não formação de uma consciência de classe na camada empresarial se concretiza na incapacidade de elaboração de um modelo de desenvolvimento para o País. Outros demonstram que a força do Estado e a heterogeneidade da camada não deixaram espaço para que a burguesia industrial se afirmasse enquanto classe, força social ativa dentro da estrutura social.

Caso se entenda formulação de programa global como posição definida de hegemonia no contexto das classes dominantes, o fato pode ser encarado como possível verdade, embora com limitações, no período até a II Guerra Mundial. Logo após, o esforço de aceleração do crescimento econômico foi paulatinamente passando das mãos da burguesia até então nacional para as de uma burguesia internacionalizada e do Estado. Deixa de existir aí uma ideologia de desenvolvimento em bases nacionalistas. Acredita-se que esta seja uma questão que mereceria um aprofundamento maior do que o dado pela historiadora.

Finalmente, resta o que se considera como *pièce de resistance* do estudo em debate: o comportamento da burguesia industrial face ao confronto com a classe operária. Utilizando a técnica de dividir o período de estudo em fases históricas de acordo com características básicas assumidas pelo movimento operário, a autora consegue dar um relato bastante profícuo da organização da classe e a sua contrapartida, o comportamento da burguesia.

Nesta parte surgem temas que hoje são tomados como corriqueiros. Assim, surpreendem-se em 1931 greves contra o arrocho salarial e declarações do patronato de que as mesmas são provocadas por "elementos estranhos à classe..." Também aí é colocada a posição do Partido Comunista Brasileiro como influente no processo de organização da classe operária, dada a sua estruturação em bases nacionais.

Com o Estado Novo, patrões e Estado conjugam-se no sentido da repressão ao movimento operário. A legislação trabalhista é invocada como fator de integração e paz social. A redemocratização do País traz de volta os conflitos que permaneceram contidos neste

período. Novamente a História se presta como fonte de entendimento do que hoje se passa na sociedade brasileira.

Em suma, pode-se afirmar que a investigação realizada por Mariza Saenz Leme esclarece uma série de pontos obscuros do trajeto histórico de nossa camada empresarial. E nesse sentido fonte de consulta valiosa para os que almejam entender algo da realidade deste País. Indubitavelmente o estudo provoca indagações, já que não se pretende esgotar o assunto. Se este foi o objetivo, acredita-se que a autora conseguiu atingi-lo.

